



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas do dia vinte de julho de dois mil e vinte e um, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Leonardo Rocha, Adenilson Honorato, Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin Nunes, Bruno Graça Melo Côrtes, Carla Pinheiro Wendling, Christiane de Souza Maia Aguiar, Ellen Costa, Fernando Gonzalez Cruz Mamari, Flávia Eliza Holleben Piana, Izaíra Silvia de França, Julia Coelho Franca Mamari, Lucia Helena dos Santos Torres, Mauro Barros de Souza, Paloma de Oliveira Garcia Goulart, Paula de Oliveira Camargo, Pedro Paulo Malta, Rachel Nascimento, Rayanne Pacheco Barbosa, Reimont Luiz Otoni Santa Barbara, Robson Camilo, Rosa Coutinho Perdigão, Rosa Maria Barbosa de Araújo, Sarah Alonso de Lara, Stephanie Andreas Nascimento, Suzana Queiroz, Tânia de Oliveira Pinta, Wallace Magalhães e Yke Castro Leon. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto N°47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dez horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no youtube. A conselheira Flávia Piana inicia o encontro cumprimentando os presentes e informando que a ausência do Presidente deste Conselho se dá por uma agenda concomitante na Cidade das Artes com presença do Chefe do Executivo da cidade. A conselheira comunica que o crédito suplementar para a contratação de um consultor para o Plano Municipal de Cultura foi aprovado. Flávia Piana indaga ao grupo sobre a

possibilidade inserir neste Conselho representantes da RIOTUR, visto que a Secretaria Municipal de Turismo foi extinta e suas atribuições foram passadas para a referida empresa municipal de turismo. Não há objeções e os representantes são adicionados ao encontro. A Vice-Presidente Rosa Perdigão tem a palavra, saúda a todos, expressa sua satisfação pelo alto quórum de conselheiros e apresenta a pauta do dia: Votação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural. Paralelamente é registrado no chat e nas falas de abertura o quórum significativo de conselheiros nesta reunião, visto que, comparados aos encontros anteriores, essa elevação nas presenças é um marco. A conselheira Flávia informa ainda que foi aprovada a suplementação no orçamento para contratação da consultoria e, apesar da luta interna contra burocracia, ela considera termos ultrapassados mais um, dentre vários obstáculos ao conseguirmos essa aprovação. Por isso, esta Secretaria espera que na próxima reunião o consultor já possa estar presente a fim de fazer a mediação do Plano Municipal de Cultura. Ato contínuo, a conselheira Sarah Alonso solicita que haja uma apresentação dos conselheiros representantes do Poder Público. Apresentação que ocorre após a fala inicial da Vice-Presidente Rosa Perdigão, onde a conselheira Flávia Piana solicita também que os representantes e da Sociedade Civil o façam. A conselheira Andrea Chiesorin declara-se surpresa por ver tantas pessoas presentes nesta reunião em dia de votação. Complementa que a sala lotada a deixa muito entusiasmada com o trabalho que este Conselho tem feito, inclusive conselheiros da própria sociedade civil que não aparecem nas reuniões há muito tempo. Assim, Andrea considera importante constar em ata tais informações para se entender o que acontece quando se tem uma reunião para fazer uma votação e quando as pessoas estão ausentes das discussões e elas se sentem à vontade de estar presente no momento de uma discussão tão

importante. A conselheira participa seu anseio para que o trabalho que o Conselho fez, estudando largamente, não seja prejudicado por situações que ela declara não fazer ideia do porquê de ter tanta gente presente na reunião de hoje, visto que não estavam presentes em todas as discussões. A conselheira Flávia Piana retoma a palavra e suscita a relevância de aprovar o regimento para avançar em outras questões, como à própria Conferência. Questão que o Secretário apontou na última reunião e expressou seu intuito de fazê-la ainda este ano. Uma luta e demanda do Poder Público fazer essa conferência e a gente só consegue avançar em pré-conferência e Fóruns Territoriais para os corretores após a aprovar esse regimento. Por isso, Flávia explica que houve, por parte desta Secretaria, um apelo aos membros do Poder Público que não participaram da última reunião para que participassem dessa. Tendo em vista a importância de aprovar esse regimento, ou seja, mais do que ser aprovado é poder dar sequência às grandes pautas deste Conselho: fazer os fóruns territoriais, fazer a Conferência e implementar o Plano. Assim, a conselheira justifica a presença, e em especial, dos membros do poder público que não puderam por algum motivo participar nas reuniões anteriores. Logo, tal presença não foi uma “manobra qualquer” poder público com intentos escusos, mas sim uma questão aberta, um chamamento com o intuito de que todos pudessem participar para que pudéssemos ter quórum necessário para aprovar esse regimento, afirma a conselheira Flávia Piana. Quanto à presença de representantes da RioTur, não há conselheiros contrários, oralmente nem por chat, mantendo-se o encaminhamento do link e imediato ingresso. Quanto às apresentações dos presentes há registram nome, descrição, Secretaria ou órgão que está representando: Adair Rocha, diretor do Departamento Cultural da UERJ e no conselho representa as universidades públicas; Adenílson Honorato, Secretaria Estadual de Cultura; Christiane Aguiar, Secretaria de

Governo e Integridade Pública e suplente do conselheiro titular Jorge freire; Lúcia Torres, suplente da conselheira titular Paula Camargo, Instituto de Referência do Patrimônio Histórico e Cultural, embora suplente ela expõe ter participado de todas as outras reuniões junto com à Paula, a mesma pede para justificar que sua ausência se dá por estar de férias; Tânia Pinta, coordenadora na Rio Filme; Bruno Cortes, Secretário Nacional do Audiovisual da Secretaria Especial da Cultura, suplente da conselheira titular Flávia Faria Lima, informa ainda que terá agenda às onze horas da qual não terá como se ausentar. Esse afirma que buscará as informações das reuniões e compromete-se em contribuir no que lhe for possível; Raquel Nascimento, Gerência de Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação, representando o conselheiro Pedro Barbara; Rosa Maria de Araújo e Vereador Reimont, presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal e sua Assessora Suellyema; Flávia Piana, suplente do Secretário Municipal de Cultura Marcus Faustini; Apoio Administrativo: Jeferson Rufino e Roberta Canejo, da Secretaria de Municipal de Cultura. Ambos sem cadeira para voto. Andrea Chiesorin, cadeira da Dança; Carla Wendling, representa a Associação Folia Carioca de Blocos e Bandas, cadeira Carnaval; Júlia Franca, cadeira do Circo e suplente da conselheira Andrea. Em sua apresentação, Júlia pontua sobre a questão da Escola Nacional de Circo, afirmando que já encaminhou a carta há mais de dez dias e não obteve resposta alguma desta Secretaria. Quanto a isso, Flávia Piana participa que o apoio técnico tem feito o possível para atender às demandas, em especial quanto à elaboração da ata da reunião passada. Flávia Piana aponta que já realizou a leitura da carta e recorda que a mesma seria trazida para o plenário para ser assinada pelo Conselho. Visto que a ideia da carta trata-se de uma coisa e o conteúdo da carta outra. Por isso, Flávia acredita ser possível trazê-la para a próxima reunião ordinária deste Conselho,

que ocorrerá na próxima semana. Prosseguindo, o conselheiro Fernando Mamari apresenta-se, cadeira do Audiovisual e justifica sua ausência nas últimas reuniões por motivo de trabalho dentre outras demandas. Ele recorda que este Conselho já passou por outras transições de Secretaria, fator que considera desestimulante e torce para que isso não se repita para que os processos possam se encaminhar. Em seguida, Sarah Alonso, cadeira do Teatro; Ellen Costa, cadeira de Cultura Urbana; Paloma Goulart, cadeira de Designer junto com a de Cultura Urbana; Stephanie, cadeira do Folclore e que reforça sua colocação no chat, para que se conste em ata a questão do debate levantado no início da reunião, onde foi nomeado como “fantasmas” os conselheiros ausentes em sua frequência nas reuniões. A conselheira apresenta-se como uma dessas pessoas infrequente, informando ainda que tentou, desde o início da gestão deste Conselho, como já colocado, enfrentar um problema muito concreto. Visto que, estamos passando por uma pandemia, ela afirma que seguimos tentando até hoje se adaptar a vida dessa forma. E que, mesmo assim seguem acompanhando os debates. Uma vez que, não conseguir acompanhar uma reunião no horário de mesma, não quer dizer que não se está dentro dos debates. Tornando-se “fantasma no debate”. Assim, ela expressa que gostaria que pessoas que conseguem e tem tempo para acompanhar essa reunião de forma mais objetiva para construir o regimento, invés de levantarem críticas a quem está tentando participar do debate, que elas sejam um pouco mais solícitas e situem as pessoas dentro desse debate. Na sequência, Mauro Barros, conselheiro de Território e Área de Planejamento, apresenta-se e recorda que, inimaginavelmente, na gestão Crivella, esse Conselho foi muito inclusivo. Onde pessoas que trabalharam na Conferência que resultou na eleição deste conselho, ajudaram a constituir um conselho inclusivo, participativo e que de fato se expandiu por toda a cidade.

Incluiu atores da cadeia produtiva e sua economia, espalhados por toda a cidade e que não tinha acesso. Características que Mauro considera que tal conselho tenha recuado um pouco neste processo de inclusão e participação. Quanto ao novo Regimento, ele pondera que foi observado por um Conselho muito participativo, combativo e muito atuante e também observado, em alguns momentos, de forma conveniente. Mauro Barros finaliza falando da necessidade de se ter uma postura inclusiva, sendo que isto não seria apenas ampliar a participação do território e a participação de atores no debate cultural da cidade, na tentativa de construção de políticas públicas para nossa cultura, uma política de estado e não de mandato, mas é preciso ter uma postura mais inclusiva. Suscitando que logo na primeira reunião do conselho no grupo de whatsapp que existia do conselho observou-se que a entrada de novos conselheiros foi contestada. Uma que seguiu durante todo o tempo, como se as pautas que fossem levantadas por conselheiros novos, participantes que ainda estavam aprendendo ou que aprenderiam pela observação, aprendendo no dia-a-dia das demandas propostas aqui, muitas vezes, sofreram com uma política de tentativa de exclusão. E, não houve o desejo assim de ampliar ou de convite à participação, afirma Mauro. Por isso, ele deseja que esse dia seja um marco de mudança e que a votação e aprovação desse regimento possibilite de fato a nova Conferência, participativa como foi a anterior e mais ampliada. O conselheiro conclui que, durante muitos momentos aqui, pessoas que tem o debate de inclusão na “ponta da língua”, ele considera que tiveram uma postura de exclusão sem procurar entender os porquês. Sobretudo, no momento difícil de quase um ano e meio de pandemia e com a tentativa de muitos conselheiros de participar e estar se envolvendo mais no debate, mas não conseguirem sempre entrar. Situação que está sendo colocada de forma tão superficial, com termos que não convém, conclui

Mauro. Na sequência, Álvaro Maciel, cadeira de Arte Visuais, apresenta-se e considera o que está ocorrendo aqui no Conselho como algo peculiar ao cansaço e esgotamento deste grupo, lembrando que esse teve seu mandato prorrogado. Ele se declara defensor de aprovar esse regimento no que tiver consenso e no que não tiver, que se deixe como está para não causar celeumas. Visto que nem começou a reunião e já há certo desconforto por conta de alguns conselheiros, afirma Álvaro Maciel. Sua fala prossegue em defesa aos conselheiros Stephanie e o Mauro pelo trabalho que eles realizam diretamente nos territórios. O que ele entende seja fazer a função de conselheiro de cultura, mais efetivamente, do que estar no whatsapp e nos aplicativos. Pois, para fazer as relações gestão e sociedade civil, gestão e sociedade, como um todo, estar presente onde a gestão não está conseguindo fazer a comunicação é a ponte necessária. Ele reitera seu desejo de que este Conselho avance na questão da regulação do Sistema Municipal de Cultura, que se encaminhe o Plano Municipal de Cultura ainda esse ano e a eleição para renovação do Conselho. Para o que ele acredita que será para o fortalecimento do próprio Conselho. Ato contínuo, Robson Camilo se apresenta como representante da RioTur, onde está como Diretor de Projetos e Eventos e participará deste Conselho por conta da extinção da SETUR. Ele dispõe a RioTur e a si mesmo ao Conselho para o melhor trabalho possível pela cidade. Igor Sebastian, gerente de Cultura Urbana e Popular da Secretaria Municipal de Cultura. Rosa Perdigão compartilha que conselheira Izaíra, cadeira da música, está presente, mas com problemas no áudio. A Vice-Presidente reitera que o documento em votação já foi enviado, por e-mail, para análise dos conselheiros, agradece o trabalho do Grupo de Trabalho e apresenta o contraste de sentimentos que a presença de tantos participantes causa. Uma vez que traz alegria, mas também apreensão por parte daqueles que estiveram presentes e atuantes nos trabalhos deste

Conselho. A conselheira Flávia Piana apresenta a metodologia para a última apresentação do documento antes da votação, onde mostrar-se-á os ajustes advindos das contribuições do plenário. Logo, uma leitura de tais pontos, recordando que, algumas ponderações não puderam ser alteradas, visto que eram reprodução da Lei 6708, do Sistema Municipal de Cultura. Ela aponta como convergência as alterações quanto à acessibilidade, estabelecendo no Conselho que a Secretaria atenda tais metas no prazo de um ano. Como a obrigatoriedade de ações nos atendimentos da Secretaria, por exemplo. Já no tocante às reuniões territoriais, Flávia Piana explicita que foi colocado que serão preferencialmente territoriais distribuídas em todas as Áreas de Planejamento (APs). Destaque também à questão do turno das reuniões, para seja alternado entre manhã e tarde. Reiterando também o apontamento que a conselheira Sarah Alonso trouxe chegou a se debater aqui, foi quanto à possibilidade dos conselheiros poderem se inscrever nos editais da Secretaria Municipal de Cultura, coloca Flávia. Onde se entende como uma questão jurídica, ou seja, não se pode colocar isso no regimento. E, sim, fazer uma consulta, se for o caso, à procuradoria. Ato contínuo, a conselheira Sarah Alonso pontua que trabalho seguiu no sentido de atualização do regimento de acordo com a Lei do Sistema, o que ela considera ter deixado o mesmo mais limitado e sem representar todos os pontos que gostariam de abordar. Uma vez que, as mudanças que a lei propôs não foram debatidas Conselho, ocasionando as divergências de posicionamento, afirma Sarah. Ressaltando ainda que o período entre a última reunião e essa foi justamente para que todos se apropriassem do texto e, no caso de terem divergências, que sejam colocadas aqui. Assim, a conselheira Sarah Alonso apresenta como proposta de metodologia que as questões sejam colocadas junto ao texto, pautadas com o número do artigo que as pessoas divergem para que se resolva com o grupo

como seguir. A conselheira Flávia Piana faz um adendo aos participantes, explicando que o Grupo de Trabalho paritário entre sociedade civil e poder público está representado aqui por ela e pelas conselheiras Paloma Goulart e Sarah Alonso, mas que as inscrições para falas sobre o assunto podem ser registradas no chat. A conselheira Paloma Goulart complementa que não acredita somente em um conselho democrático, mas também em uma cultura democrática. Para que, viabilizem acesso e entendimento de todas as pessoas tanto aos editais quanto a todo o resto, inclusive do regimento. Por isso, foi pensado que, até mesmo quanto dificuldade de compreensão de palavras que poderiam ser muito complexos para compreensão das pessoas. Paloma expõe que, continuando nesse raciocínio de ser democrático, concorda totalmente com a conselheira Stephanie no ponto de que a precisar ser claro e explicar para as pessoas que estão chegando e que não acompanharam as discussões o que está sendo discutindo. O regimento interno é o documento que vai fazer com que possa haver a eleição e é por isso que a gente insiste que ele precisa ser aprovado, garante a conselheira. Concordando que foi feito o melhor possível com o que se tinha em mãos, mesmo acreditando a lei precisa mudar, mas que não pode ser mudada hoje. E que, se tal mudança for um pleito, talvez, daqui a um ano ou mais isso seria possível. Podendo aí alterar o regimento nos pontos requeridos, visto que nessas questões não tem uma lei que inclui tudo o que se discutiu nos últimos anos. Pois, como já colocado, o Conselho foi posto de lado muitas vezes nas discussões da lei e a gente redigiu vários documentos faltados da lei e que nunca entraram. Lembrando que só souberam o que foi aproveitado ou não, quando tal lei foi aprovada, coloca Paloma. Pedindo compreensão, porque foi preciso redigir um regimento que seja de acordo com a lei, mas que se entenda que é uma luta do conselho colocar essa lei o mais de acordo possível com que se acredita. Para aí sim, ter

um regimento de acordo com essa lei que a gente acredita. Paloma Goulart reforça a necessidade de se ter um novo regimento para que seja feita a eleição de um novo conselho, crucial para manter a democracia entre os territórios e entre sociedade civil de uma forma geral. Reforço que ela justifica ser feito por compreender que tal entendimento esteve embaçado no último encontro. Na sequência, o conselheiro Mauro Barros pede espaço para informar quanto a um movimento de resistência ao que está ocorrendo no bairro de Rocha Miranda. Ato em defesa do desmonte ao patrimônio físico das instalações onde funcionava o antigo cine Guaraci, para edificação ser destinada à uma loja de departamentos. Descaracterizando uma arquitetura deslumbrante com materiais como mármore carrara e apagando toda a memória do território e toda a memória cultural da história desta cidade. Mesmo com a existência de legislação específica que proíbe a transformação de salas e espaços primeiramente destinados à promoção da cultura, como é o caso dos grandes cinemas que existiam pela cidade e proporcionavam à sociedade condições mais acessíveis às artes em. O conselheiro Mauro explica que não se trata de desconsiderar a que o país inteiro precisa de novos postos de trabalho e de emprego, mas recorda que não seria na área de serviço de comércio. Uma vez que, o centro comercial do bairro em questão já é bastante robusto, além de estar há poucos quilômetros do centro de Madureira. Em detrimento disso, o que há é uma carência em equipamentos culturais ali, onde ele exemplifica que num raio de cinco quilômetros só é possível encontrar um equipamento. Configurando uma grande incoerência mais uma transformação que não vise restaurar e entregar à população essas instalações historicamente destinadas à difusão de arte e cultura de forma mais democrática. Por isso, o conselheiro solicita apoio do Sr. Secretário de Cultura em manifestação de apoio ao movimento citado. Sugerindo esforços para uma reforma nos moldes do

Imperator ou algo melhor. Para que se mantenha a memória cultural de Rocha Miranda e ampliar as oportunidades de trabalho na cultura daquele território e trazer de fato essa centralidade da cidade multicêntrica. A conselheira Carla Wendling sugere que isso poderia gerar uma campanha do conselho para garantir que esses espaços não sejam destruídos, como legislações que os resguardem enquanto equipamento de cultura. A conselheira Stephanie recorda que o cine Guaraci era tomabado, mas desfizeram tal condição para permitir a transformação em centro comercial, entendendo que a derrota nesta luta se deu por falta de mobilização forte. O vereador Reimont solicita espaço para fala sobre o tópico trazido e a Vice-Presidente Rosa Perdigão entende que, como não houve inscrições para informes é possível destinar três minutos para tratar essa pauta, afim de não atrapalhar a votação do Regimento. O Vereador Reimont suscita que há uma lei estadual de 1996, nº 2663, no artigo primeiro que vem proibir, em todo estado do Rio de Janeiro, o fechamento de qualquer espaço cultural público sem criação na mesma área de espaço equivalente. Ele apresenta que fica entendido como espaço cultural: cinemas, teatros, clubes de hábitos culturais, centros culturais, escolas de samba e equivalentes. Tema muito discutido, visto que há vários grandes cinemas, com cerca de nove só na região do subúrbio, e eles estão todos fechados. O Vereador recorda que quanto ao Cine Guaraci, houve uma grande mobilização quando o Secretário de Cultura foi o sr. Sérgio Sá Leitão e, naquele momento, havia um compromisso da gestão de Eduardo Paes de recuperar todos os cinemas. Incluindo, logicamente, o espaço do Guaraci que é um espaço belíssimo, com mármore carrara, salão, sala de cinema enorme dentre outras características. Espaço que já foi de posse do Banco e depois passou por outros donos e não está nas mãos do poder público, acrescenta o vereador Reimont. Assim, por acreditar que toda luta é possível a mobilização desse

grupo que hoje está em defesa do espaço se soma a muitas lutas feitas. O vereador considera que se houvesse de fato uma sinalização, com posicionamento deste Conselho como um todo como algo que pudesse frear esta proposta na região de Rocha Miranda por políticos. O Vereador Jair da Mendes Gomes e o Deputado Estadual Val Ceasa, ambos à frente desse movimento de construir ali uma grande loja de departamento de magazine. Embora, não seja é isso que as regiões de Rocha Miranda, Honório Gurgel, Fazenda Botafogo e Acari tenham necessidade nesse momento, pelo menos ali nesse espaço cultural, concorda Reimont com o conselheiro Mauro. Propõe, então, que o Conselho faça uma nota e solicita que esta Secretaria se empenhe nesta luta junto com os movimentos. E, coloca a Comissão de Cultura da Câmara à disposição para tratar o assunto logo na primeira reunião, pois, já tem falado sobre os cinemas de modo geral. Complementarmente, o conselheiro Fernando Mamari dispõe ao conselheiro Mauro em ajudar produzindo conteúdos áudio visual para a campanha estabelecendo contato com as associações e sindicatos para se pensar em algo conjunto. Sobre o mesmo tema, a conselheira Flávia Piana pontua queo prefeito Eduardo Paes, em junho, editou um decreto proibindo que alteração de atividade comercial de imóveis que possui como atividade atividades culturais espaços com atividades culturais, pólo de circo, museus, centros culturais, teatros e cinemas. Assim, ela garante o Secretário Marcus Faustini já está em contato com o Secretário de Pajarita para entender essa questão do cine Guaraci e como a prefeitura também pode ajudar nisso. Por compartilhamento de tela é possível visualizar a minuta com a nova redação. Thiago Vianna, advogado e assessor no gabinete desta Secretaria, e que também acompanhou o grupo de trabalho sobre o regimento aponta as modificações: Artigo 22, no inciso I, inserção do momento para informes; Artigo 42, inciso VI, sobre

acessibilidade, onde a outra redação previa somente a questão de barreiras físicas, houve uma intervenção com a ideia expandir para que se previsse outras questões como as urbanísticas, arquitetônicas, comunicativas e tecnológicas. Propiciando uma maior possibilidade de acessibilidade para as inúmeras das barreiras existentes na sociedade. Por isso, a conselheira Flávia Piana indica que a redação aponte no parágrafo seguinte que a Secretaria Municipal de Cultura terá o prazo de um ano para fazer as adaptações necessárias. A conselheira Sarah Alonso recorda a necessidade de acessibilidade nas comunicações do Conselho e não somente nas reuniões, tratando da disponibilidade de arquivos e documentos em formatos acessíveis. Thiago Vianna sugere que se coloque tal acréscimo no parágrafo 5º do artigo 43, onde trata sobre acessibilidade. A conselheira Paloma Goulart indaga quanto à essas alterações, se o grupo receberá o arquivo alterado e Flávia Piana confirma que sim. Pois, considera importante que os componentes do Grupo de Trabalho dêem aceite à versão final do arquivo final ou até mesmo fisicamente, antes de mandar para publicar no Diário Oficial. Referindo-se à minuta final que está sendo editada neste momento e, por serem poucas alterações, Flávia afirma que o documento será encaminhado o quanto antes, provavelmente, ainda no dia de hoje. A conselheira Paloma solicita visualizar o ponto que versa sobre os horários e quanto às reuniões serem abertas. E, Thiago aponta que estão previstas no artigo 17, parágrafo único que as reuniões serão abertas. A conselheira Carla Wendling indaga sobre a questão da gravação dos encontros e a conselheira Flávia Piana aponta que no capítulo 1, artigo 11 já poderia constar que as reuniões serão abertas e, quando forem virtuais, transmitidas em alguma plataforma de streaming. E, igualmente, quando forem presenciais, garantido o espaço de trinta minutos finais apenas com o direito à voz e não possuindo direito a voto. A conselheira Andrea

Chiesorin retoma a palavra solicitada a inserção do termo “acessibilidade atitudinal”, onde versa sobre acessibilidade no texto. Recordando que essa se perfaz sem necessidade financeira, mas sim pelas atitudes e pensar antes de tomada de decisões em todos os aspectos, em especial, os relativos à escolha de espaços. A conselheira entende que tais recomendações quanto à acessibilidade deveriam constar no que tange ao Administrativo, mas entende que o Poder Público não entende da mesma forma. Por isso, ela recomenda que o Poder Público estude onde entrará a Acessibilidade Atitudinal. Pois, Andrea compreende que o primeiro passo é a nossa sociedade perceber que não pode discriminar a participação, a presença, o acesso a conteúdo e como desenvolver as políticas para que a população pessoa com deficiência esteja produzindo cultura. Ela considera que toda a construção de uma política que não vai discriminar a pessoa com deficiência tem que trazer esta mensagem no Administrativo, no que rege ação com qualquer um de nós. Sendo que, para a pessoa com deficiência tem que estar escrito porque a nossa sociedade não está habituada, não tem cultura em garantir a fala, a presença e o acesso ao conteúdo. Em seguida, o conselheiro Álvaro tem a palavra e pondera em relação ao artigo 17, quanto à participação de outras pessoas no Conselho. Afirmando que, quando uma matéria está em discussão tem-se a necessidade de convidar representantes da sociedade civil, não pode ser confundido tal convite com a abertura mais ampla. Lembrando que os convidados poderão falar a qualquer tempo. Por que está em discussão com a matéria, vindo colaborar com a matéria em discussão. Precisando separar bem essa compreensão e não ficar confuso com o momento de fala dos demais ao final. Entendendo esse convidado como aquele que os conselheiros em reunião acharam por bem chamar representante de matéria ou de grupos apresentando a sociedade civil. Vindo essa, tem a qualquer tempo fala, pois existe uma

abertura mais ampla do que àquelas pessoas que se inscreverão para o final. E a redação é alterada para tal garantia. Ato contínuo, a conselheira Paloma Goulart solicita que, quanto à alternância de horário para as reuniões, não conste apenas manhã e tarde, mas acrescente-se o turno da noite. E, embora já tenha sido colocado pelo Secretário Marcus a questão do não funcionamento do prédio administrativo da Prefeitura no horário noturno, a conselheira expressa que, no entendimento da sociedade civil, não seria tão complexo assim. Uma vez que, essa mobilidade de horário para o turno da noite se daria a cada três meses e torna-se essencial para maior participação dos conselheiros da sociedade civil. Com a concordância da maioria, Flávia Piana aponta que tal alteração será incluída no texto da minuta em estudo. A conselheira Carla Wendling indaga se o dia em que ocorrerão as reuniões será acordado com o Conselho e o grupo de Trabalho confirma que assim será. A conselheira Flavia Piana questiona ao grupo se há algum ponto que ainda desejam rever e não há sinalizações para tal. Assim, junto à Vice-Presidente Rosa Perdigão, ela confirma com a Plenária se já é possível seguir para a votação. A conselheira Paloma Goulart expressa sua preocupação em votar um texto que não estão conseguindo visualizar as alterações que foram feitas, visto que o documento compartilhado em tela está em PDF, ainda que o Gabinete tenha seguido registrando e elaborando a nova redação que este encontro resultou. Então, a conselheira Flávia Piana expressa que é urgente que a votação ocorra e garante que as alterações estarão presentes e ainda hoje encaminhará ao Grupo de Trabalho a minuta editada conforme as correções aprovadas. Logo, no que tange às aberturas com direito a voz, à acessibilidade, colocando a questão da acessibilidade atitudinal, como solicitado pela conselheira Andrea e à alternância de horários. Sendo essas as alterações que tem que ser colocadas em redação e, enquanto grupo de trabalho terão a responsabilidade

de revisar a minuta antes de ir para publicação. Pelo chat da reunião a Vice-Presidente registra que sua proposta é que a votação seja pela própria ferramenta do chat. Visto que metodologia deixa registrado, onde quem aprova coloque “SIM” e indicando sua cadeira e voto. Não há oposições a essa proposição e a conselheira Flávia Piana inicia a votação. A recomendação é que os conselheiros registrem no chat: “aprovação – representação – nome”, mantendo este nesta sequência. Há consenso quanto à aprovação do novo regimento, não havendo abstenções. Já com o áudio reestabelecido, a Vice-Presidente Rosa Perdigão tem a palavra logo após os dezesseis votos contabilizados no chat. Ela apresenta que há 18 votações e 35 participantes. A conselheira Sarah Alonso indaga sobre a ocorrência da reunião ordinária deste Conselho, relativa ao mês de julho. Pois, a convocação teria que ser enviada no dia de hoje. Sobre essa questão, a conselheira Paloma Goulart pondera que não poderia participar da reunião no dia previsto, ao haver a proposição de transferência para outro dia, o conselheiro Adair Rocha também exprime sua impossibilidade para tal data. A conselheira Flávia Piana recomenda que a data seja acordada, posteriormente, com a conselheira Lia Baron. Compreendendo que as falas sobre Acessibilidade tiveram grande contribuição da sensibilidade da conselheira Andréa Chiesorin, Flávia Piana indica que a minuta também será encaminhada para tal. Por se tratar da pessoa mais apropriada para fazer possíveis correções com todos se sentindo mais confortáveis com sua opinião sobre esse assunto. E, a partir daí será aberto o processo administrativo do regimento para ficar na Secretaria para publicação até a próxima reunião. Flávia encerra sua participação desejando que esta reunião seja um marco positivo a esse conselho, a aprovação do novo Regimento Interno. Embora considere que a elaboração de regimento seja algo chato e, às vezes, até constrangedor, por debater coisas tão miúdas, mas

necessárias de serem discutidas. Para que, então, questões maiores e mais importantes possam ser implementadas. Assim, agradece a paciência de todos pela compreensão de todos e todas nesse momento tão complexo e à parceria e empenho deste Grupo de Trabalho e ao apoio do advogado Thiago Vianna. A conselheira Carla Wendling ainda busca entender como teria ficado a ponderação sobre a participação dos conselheiros em editais. Ponto que a conselheira Sarah Alonso confirma que o Regimento não abarca isso. Ainda sobre a data da próxima reunião, a conselheira Andrea Chiesorin recorda que a que já havia ficado acordada seria da última terça-feira de cada mês. E, Flávia Piana solicita que, ainda que alguma outra data seja acordada na plenária, que tal solicitação seja oficializada por e-mail. E aproveitando o grande quórum desta reunião, a conselheira Sarah Alonso acredita que já poderia se deixar como sugestão as possibilidades de ocorrência da próxima reunião para quarta ou quinta- feira, dezoito horas. No entanto, a quarta-feira, houve a sinalização do prefeito quanto à possibilidade de lançamento do edital de fomento à Cultura. Fator inviabilizaria a ocorrência do encontro na quarta-feira, visto que muitos dos presentes nesta reunião também gostariam de estarem presentes ali. Logo, não estaria garantida a data do dia vinte e oito, pois, há uma possibilidade desse lançamento. Com isso, a conselheira Flávia pede que, mesmo já sendo o próximo outro mês, que a reunião ordinária mensal ocorra na outra semana. Ou fazer na quinta-feira, dia vinte e nove de julho, visto que a conselheira Júlia Franca não poderia participar na quinta-feira, dia trinta. Situação que seria difícil para a Secretaria terá que organizar o lançamento do fomento. A conselheira Júlia Franca explica que não poderia estar presente, mas que a pauta da carta poderia ser incluída, uma vez que a carta já está sendo aprovada por outros conselhos, como colocado no e-mail endereçado a este Conselho. Explicando a busca pela mobilização nacional em repúdio à

situação da Escola Nacional de Circo. A conselheira Flávia Piana pondera que a carta cita algumas pessoas, mencionando de forma muito pontual e com o nome das pessoas. Flávia acredita que deve ser uma carta de repúdio à instituição FUNARTE contra a escola, sendo bem específica. Visto que, ao entrar nomeando pessoas e fatos que nem todos aqui presenciaram, começa a ficar problemático. A conselheira Júlia Franca declara que não se recorda de ter citado nomes e Flávia confirma que há sim tal apontamento. No entanto, a conselheira Flávia Piana se dispõe a auxiliar a escrita de uma redação contra o desmonte, tratando a questão macro e não entrando em questões específicas. A conselheira Júlia Franca afirma que irá rever a carta e enviar novamente, mas aconselha que seja lido o dossiê completo. Pois, em tal documento é explicado ponto-a-ponto os fatos. Visto que, apontar um desmonte completo é preciso embasar-se em tal dossiê. Ocasionalmente assim uma leitura mais consistente da carta, afirma a conselheira Júlia Franca. A conselheira Rayanne Pacheco sugere, então, que se faça os ajustes que serão apontados e que seja aprovada já na próxima reunião. O conselheiro Álvaro tem a palavra e ressalta a importância da centralidade da pauta estabelecida: encaminhamento do Plano Municipal de Cultura para a Câmara; a renovação do Conselho; e a realização da 4ª Conferência de Cultura. E, solicita que, na próxima reunião já se comece a pensar um calendário para tal. Conforme a orientação acordada junto ao Secretário Marcus Faustini. O Vereador Reimont afirma que a Comissão de Cultura da Câmara já se posicionou quanto à questão da Escola Nacional de Circo, mas que renovam a disposição. Aproveitando o dossiê e a carta compartilhada pela conselheira Júlia Franca. A Vice-Presidente Rosa Perdigão e a conselheira Flávia Piana agradecem aos presentes e a plenária concorda com os encaminhamentos feitos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às doze horas e vinte minutos. Eu, Janaina Alves Magalhães, lavrei

a presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.

#### Poder Público

1. Adair Leonardo Rocha (Titular) P - **APROVADO**
2. Adenilson Honorato (Titular) F -
3. Yke Castro Leon (Suplente de Adenilson Honorato) P - **APROVADO**
4. Christiane de Souza Maia Aguiar (Suplente Jorge Freire) P - **APROVADO**
5. Lucia Helena dos Santos Torres (Suplente Paula de Oliveira Camargo) P - **APROVADO**
6. Tânia de Oliveira Pinta (Titular) P - **APROVADO**
7. Bruno Graça Melo Côrtes (suplente Flávia Faria Lima) F -
8. Rachel Nascimento (Suplente Pedro Vitor Guimarães Rodrigues Vieira) P -
9. Reimont Luiz Otoni Santa Barbara (Titular) P - **APROVADO**
10. Flávia Eliza Holleben Piana (Suplente de Marcus Vinícius Faustini) P - **APROVADO**
11. Rosa Maria Barboza Araújo (Titular) P - **APROVADO**
12. Suzana Queiroz (Suplente Rio Tur) P – **APROVADO**

---

#### Sociedade Civil

13. Andréa Chiesorin Nunes (Titular) P - **APROVADO**
14. Julia Coelho Franca Mamari (Suplente de Andréa Chiesorin Nunes) P - **APROVADO**

15. Stephanie Andreas Nascimento (Titular) P - **APROVADO**
16. Carla Pinheiro Wendling (Suplente de Stephanie Andreas Nascimento) P - **APROVADO**
17. Fernando Gonzalez Cruz Mamari (Titular) P - **APROVADO**
18. Alvaro Maciel (Suplente de Fernando Gonzalez Cruz Mamari) P - **APROVADO**
19. Izaira Silvia de França (Titular) P - **APROVADO**
20. Sarah Alonso de Lara (Suplente de Izaira Silvia de França) P - **APROVADO**
21. Paloma de Oliveira Garcia Goulart (Titular) P - **APROVADO**
22. Ellen Cristina Pereira da Costa (Suplente de Paloma de Oliveira Garcia Goulart) P - **APROVADO**
23. Mauro Barros de Souza (Titular) P - **APROVADO**
24. Robson Camilo (Titular) F -
25. Rosa Coutinho Perdigão (Titular) P - **APROVADO**
26. Karla Maria da Silva Costa (Suplente de Rosa Coutinho Perdigão) P -
27. Rayanne Pacheco Barbosa (Titular) P - **APROVADO**
28. Wallace Fernandes Magalhães (Suplente de Rayanne Pacheco Barbosa) P -
- 

#### CONSIDERAÇÕES:

Todos os citados, anteriormente, estiveram, em algum momento, presentes na reunião extraordinária realizada em 20/07/2021.

Os que apresentam a letra “P” (PRESENTE), estavam presentes no momento da votação; Os que apresentam letra “F”(FALTANTE), NÃO estavam presentes no momento da votação.

Como não houve recusa a proposta apresentada, aqueles que apresentam “APROVADO” foram os que se demonstraram a favor à aprovação do Regimento Interno. Sendo 22 votos totais e 17 votos válidos, excluídos os votos duplicados.